
ICANN75 | Assembleia Geral Anual – Workshop de capacitação e divulgação do GAC 5: Principais tópicos do GAC - interesses prioritários para governos
Domingo, 18 de setembro de 2022 – 10h30 às 12h KUL

TRACY HACKSHAW:

Oi! Bem-vindos novamente a essas sessões de Criação de Capacidades. Um momentinho. Muito bem. Vamos ouvir Carlos Reyes, que será o nosso dissertante. Ele vai falar nessa oportunidade sobre o Processo de Desenvolvimento de Políticas. Basicamente faremos o seguinte, nos últimos anos, o GAC começou a participar cada vez mais em Processos de Desenvolvimento de Políticas a ponto tal, que o GAC começou a trabalhar diretamente em Grupos de Trabalho Intercomunitários criados para dirimir questões de políticas dentro da GNSO. O GAC participou em processos de deliberação com a GNSO. Isso não é novo. Mas é algo que está se dando cada vez com mais frequência.

E então o GAC começou a largar a sua participação em questões de desenvolvimento de políticas e começou a ir além de oferecer assessoramento ao *Board*. Começou a participar em diferentes Etapas do Desenvolvimento de Políticas. Nesta sessão aprenderemos como são desenvolvidas as políticas na GNSO. Veremos quais são os assuntos de interesse para os governos

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

dentro da ICANN, em particular veremos os serviços de registro, os novos gTLDs e o WHOIS.

Contamos com o Carlos Reyes da Organização da ICANN, que vai nos explicar em que consiste um PDP, um Processo de Desenvolvimento de Políticas. Ontem ouvimos outras colegas, Mary Wong, que nos falou sobre o PDP. Carlos também vai falar sobre esse assunto. E também escutamos Karen Lentz, que falou sobre os PDPs no contexto dos novos gTLDs.

Também vamos falar sobre vários assuntos-chaves, nos quais Carlos tem muita experiência. Vamos falar de WHOIS, de uso indevido do DNS, do SubPro e seu PDP correspondente e do porquê esses assuntos são importantes para os governos. E agora, vou apresentar Carlos Reyes da Organização da ICANN.

CARLOS REYES:

Obrigado, Tracy. Sou Carlos Reyes. Estou na Organização da ICANN faz aproximadamente 10 anos. E trabalho no Escritório de Washington D.C., participei em alguns Seminários de Criação de Capacidades do GAC. Então estou muito contente de poder fazê-lo em pessoa. Estou contente de estar aqui com vocês.

Sei que minha colega, Mary Wong, deu uma perspectiva geral sobre a comunidade da ICANN e Cartas Orgânicas, que delimitam o alcance de todos os grupos de trabalho. Então hoje, vou me focar no desenvolvimento de políticas, especificamente dentro

da Organização de Apoio para Nomes Genéricos. E por que vou me focar na GNSO? Bem, porque grande parte dos assuntos que estão na agenda da ICANN são da incumbência da GNSO.

Também veremos como se desenvolvem políticas na ccNSO. Acho que 4 PDPs no seu histórico. Mas vemos que o trabalho de políticas na GNSO é muito mais volumoso. Então devemos ver o que acontece dentro da missão da ICANN. E vemos que em geral, se relaciona com o que acontece na GNSO. São, a nossa primeira Organização de Apoio, que se dedica aos recursos numéricos da internet. Estou falando na RNO, uma Organização de Apoio para Recursos Numéricos.

No caso dessa SO, os 5 registros regionais têm que coordenar políticas antes de que se apresente uma proposta de política da ICANN. Então este trabalho é realizado em outro âmbito. No âmbito da comunidade numérica, o trabalho em matéria de políticas é feito nos Comitês do Registros Nacionais de RP.

Estamos neste caso, na região da Ásia-Pacífico e o registro regional da internet dessa região é onde são formuladas as propostas de política para essa região. Mas como isso não é num nível global, não impacta na missão da ICANN. Com muito prazer, vou poder falar mais sobre a SO NRO, a ccNSO. Mas hoje, vou me focar na GNSO. E vou tentar não utilizar tantos acrônimos.

Vamos para a tela. Temos uma infografia desenvolvida faz vários anos, na qual temos um panorama geral dos Processos de Desenvolvimento de Políticas para as Organizações de Apoio. Nós tendemos a dizer Processos de Desenvolvimento de Políticas. Mas na realidade temos múltiplos processos. A SO tem um que vemos à direita. A Organização de Apoio para Nomes de Domínio com Código de País, que vemos no meio, tem o seu próprio processo. E à esquerda, vemos a GNSO com seus processos.

Também na GNSO temos um Processo Expeditivo de Desenvolvimento de Políticas. Isso demonstra que grupos foram além e refinaram seu trabalho em matéria de desenvolvimento de políticas. Temos que considerar alguns passos. O primeiro é identificar o problema. Qual o problema a tratar? Quais as perguntas, que surgem em torno a um tema em particular, no que diz respeito a visão de cada Organização de Apoio?

No caso da GNSO, eles vão se focar em questões que estão ou que tem a ver com domínios genéricos de alto nível. A GNSO não se pode encarregar do problema, que tem a ver com um domínio de alto de nível com um código de país e vice-versa. E por exemplo, a ccNSO não se pode encarregar dos endereços de protocolo. Temos alcances ou escopos específicos para cada uma dessas organizações.

Em segundo lugar, quando o grupo determina que o problema é da sua competência, começa a trabalhar no alcance desse tema. Em alguns casos é emitido um Relatório de Questões para ver quais são aquelas não-resolvidas ou que merecem um Processo de Desenvolvimento de Políticas ou consultas dentro de subgrupos dentro da comunidade. No caso do GAC, o GAC tem uma função dentro da GNSO.

Porque todo o Comitê Assessor da ICANN pode solicitar um relatório de alguma das Organizações de Apoio. Esse é o papel específico do GAC no Processo de Desenvolvimento de Políticas da Organização de Apoio para Nomes Genéricos. Todas as Organizações de Apoio têm um Conselho. Então o nexos entre a GNSO e o GAC seria no Conselho da GNSO. Esses Conselhos são órgãos representativos, cujos membros são eleitos pela Organização de Apoio, para que se encarreguem de representá-los no trabalho de desenvolvimento de políticas. Mas esses conselheiros podem ou não trabalhar no desenvolvimento de políticas. Eles são porta-vozes do que precisam os seus membros. Mas são membros de organizações constitutivas, os que desenvolvem a política dos grupos de trabalho.

Às vezes, os conselheiros sabem o que acontece com as discussões. Mas talvez, não conheçam todos os detalhes do que está sendo debatido, discutido. Mas tem a oportunidade de

interagir e serem coordenadores de ligação entre a sua comunidade e o Conselho.

O próximo passo consiste no seguinte... Desculpem, acho que alguém precisa colocar no silencioso, o computador. O Conselho considera um Relatório Inicial e decide se continua ou não. E se inicia o Processo de Desenvolvimento de Políticas. Esse PDP precisa de muitos recursos. Não só da Organização da ICANN, mas também precisa de recursos quanto ao tempo dos voluntários de diferentes grupos da comunidade, com o qual envolve um grande esforço, levar a um tema, uma etapa de um PDP.

Devemos contar com voluntários, que queiram formar um grupo de trabalho. Temos que ter procedimentos operacionais para um bom trabalho. E também precisamos de especialistas na matéria a ser tratada, para que possam participar dos debates. Na GNSO, há diferentes modelos para as estruturas dos grupos de trabalho. Isso também determina como o GAC decide participar num PDP. Então ali tem outra oportunidade para a participação no trabalho em matéria de políticas.

Estou dando agora, uma descrição breve. Mas na realidade, a etapa do grupo de trabalho é mais extensa. Porque no grupo de trabalho, onde diferentes partes interessadas se reúnem e debatem, redigem documentos, fazem revisões, ficam de acordo. Então tudo isso é feito em prol do consenso.

Na GNSO, há diferentes níveis de consenso. Se quiserem saber mais sobre isso, eu posso recomendar algum material para ler sobre o consenso na GNSO. Em última análise, o objetivo do grupo de trabalho é ter uma recomendação em matéria de políticas com certo grau de consenso, que possa apresentar ao Conselho. O Conselho revê as estas recomendações. E se as aprovar, as recomendações passam para o *Board*. Com frequência no processo, há oportunidades de comentário público. Os comentários públicos, a ICANN tem o objetivo de solicitar contribuições de partes interessadas, que não estiveram envolvidas no Processo de Desenvolvimento de Políticas em si mesmas.

Então, vocês podem participar dos comentários públicos. Se não estão participando do PDP. Como é sugerido pelo nome, isso é público. Está aberto ao público. Se forem para a página de comentários públicos, verão que 6, 7 oportunidades existem para apresentar comentários. Podem iniciar a conta e apresentar a perspectiva sobre o tema em questão. Isso faz parte das nossas iniciativas de responsabilidade e transparência na ICANN. E é algo é muito importante para o nosso trabalho. Porque é assim como se obtém as contribuições de diferentes partes interessadas.

Depois de serem revistos os comentários públicos, decide se modificará de alguma maneira suas recomendações ou não. E

depois elabora um Relatório Final. E isso leva muito tempo, 2 ou 3 anos, talvez. E posteriormente vemos que o relatório concretiza todas as discussões realizadas, contribuições do Grupo de Trabalho de Partes interessadas, Unidades Constitutivas do Grupo de Partes Interessadas da GNSO, comentário público de outros Comitês Assessores e de diferentes instâncias de interação com outros grupos da comunidade da ICANN.

Com isso é de esperar que o Relatório Final não seja uma surpresa para ninguém. Então esse relatório é o resultado dos recursos atribuídos ou alocados para o Conselho da GNSO. Aqui vemos na tela, uma imagem que descreve o Processo de Desenvolvimento de Políticas na GNSO. Vemos também o Relatório Final no gráfico.

Quando o Relatório Final passar para o Conselho, ele deliberará sobre o relatório. E se aprovar, elaborará recomendações e passos a seguir, para o *Board*. Depois tem outra instância de comentário público. E aqui temos uma coisa nova, que surgiu faz aproximadamente 2 anos. Tem oportunidade para que a Organização da ICANN realize uma Fase de *Design Operacional*, se assim for solicitado pelo *Board*. E essa Fase de *Design Operacional* fala sobre quais os impactos a implementar as recomendações sobre políticas existentes, quais os recursos necessários etc.

E também deve ser consideradas as questões sobre as quais, depois vai ter que votar. Se a Diretoria aprovar as recomendações

e o relatório pertinente da GNSO, então chegamos finalmente a uma política. E depois dessa política, há toda uma equipe dentro da organização, que se encarrega de preparar a implementação e trabalhar com as partes contratadas.

Hoje, eu vou contar como chegamos a essa instância. Espero que esta apresentação permita ter um panorama geral do processo. É difícil fazer um acompanhamento de essas fases ao longo de todo o Processo de Desenvolvimento de Políticas. Talvez isso leva 3, 4 ou 5 anos. E ao longo desse tempo, os participantes vão; voltam; mudam de trabalho, de função. E é difícil manter todo esse conhecimento institucional. Por isso nós registramos tudo. Temos gravações, transcrições, atas das sessões de forma tal, de que quando existam outros participantes, possam ver o que aconteceu e como chegamos à determinada decisão. Porque tudo isso, temos que fazer claramente, em consonância com a nossa missão e prol do benefício público. Porque esta é a missão da ICANN.

Então agora, eu vou fazer uma pausa, porque sei que pode ser um pouco assustador, ver como funciona um PDP. Mas o que eu quero que levem em consideração é que o Manual do PDP da GNSO e os Estatutos da ICANN exigem com frequência, que a GNSO consulte o GAC em diferentes etapas, conforme o trabalho a realizar. Então há oportunidades que já estão incorporadas na infraestrutura deste trabalho ou no processo. E depois o GAC

decide como interage ou participa num Processo de Desenvolvimento de Políticas. E isso são vocês, quem consideram, como comitê.

Vou parar por aqui, para ver se há alguma pergunta.

Eu sei que é final de semana, mas enfim, se não há qualquer pergunta, então agora... mas depois, caso tenham alguma pergunta, podem fazer depois. Se eu não souber, eu vou remitar para aquele que saiba responder.

Passemos então ao seguinte slide. Essas são algumas disposições adicionais, que eu queria destacar, que aparecem nos Estatutos. E se referem especificamente a Seção 12, onde se fala dos Comitês Assessores. Há uma seção referida ao GAC. Em primeiro lugar, eu quero que vejam o que se refere as notificações. Isso é também da Seção 12 dos Estatutos. Uma vez que *Board* considera as recomendações do Conselho a partir do Relatório Final sobre o Processo de Desenvolvimento de Políticas, a Diretoria tem que notificar a Presidência do GAC de forma oportuna sobre qualquer proposta, que possa apresentar questões em matéria de políticas públicas sobre as quais seja o *Board* ou suas Organizações de Apoio ou Comitês Assessores, buscam receber comentários públicos. E devem levar em conta, de forma oportuna, as respostas a essa notificação antes de tomar alguma ação.

Há uma interação entre a Diretoria e o GAC, que exige que o *Board* notifique o GAC, os resultados específicos dos trabalhos da GNSO, que possam ter um impacto em questões de políticas públicas. Que tudo isso está dentro do âmbito de competência. Se por algum motivo o GAC e a GNSO não falem durante anos, por exemplo. E se realizou algum trabalho quanto a políticas, bom, aí o *Board* tem que dizer “Aqui há algumas considerações de políticas públicas e temos que falar sobre isto com o GAC antes de avançar”. Então justamente essa cláusula sobre essa notificação é importante levar em conta.

A segunda cláusula, que eu quero destacar tem a ver sobre a rejeição. Como vocês sabem, o GAC leva ou apresenta um assessoramento por consenso e tem um ponto específico nos Estatutos da ICANN. Também há disposições que fazem referência a limiares com respeito a que momento, de que forma o *Board* pode não aceitar o assessoramento pelo consenso do GAC. E aqui, em especial, se diz que “Só pode ser rejeitado com voto nominal de 60% e que o GAC e o *Board* devem depois, tentar de boa fé de forma eficiente e oportuna, chegar a uma solução aceitável mutuamente”. Então há uma interação entre a Diretoria e o GAC, caso exista um desacordo com respeito as recomendações. E queiram não aceitar o assessoramento.

O desenvolvimento de políticas pode ser um processo muito intimidante para os novos participantes. Mas há muitos

elementos que estão à disposição de vocês, os meus colegas e eu da equipe. Temos muitos materiais. Há colegas com muito conhecimento. Há todo tipo de recursos além da ICANN Learn, que podem ser utilizados para entender melhor esses processos e questões. Com prazer, eu vou responder qualquer pergunta.

Eu acho que terminei no tempo certo. Caso contrário, eu peço desculpas. Mas sim, eu acho que estamos bem com o tempo. Eu não sei se há alguma pergunta. Sim, claro.

EGITO:

Eu vejo esse gráfico aí, que apresentava a ccNSO, a SO e a GNSO. Eu queria saber se há uma diferença entre a ccNSO e a GNSO e essas organizações? Poderia explicar um pouco mais?

CARLOS REYES:

O título é um pouco diferente, com respeito a solicitar o relatório e assuntos ou identificar essas questões em cada uma dessas infografias. Porque se utilizam diferentes palavras. Mas basicamente o grupo está tentando determinar se esse tema que será tratado compete ou não a ele. Sempre pode ser feita uma solicitação na ccNSO e a GNSO. Há um documento formal denominado Relatório de Assuntos. E é um exercício de definição de alcance. Pode ser que as palavras utilizadas sejam diferentes. Mas na essência esta etapa é a mesma.

EGITO: Muito bem. Para a SO, eu acho que falamos aqui de um Processo para o Desenvolvimento de Políticas, que ocorre em primeiro em algumas situações mais do que outras? Cumprindo 4 etapas. Eu acho que há uma diferença na quantidade de fases com respeito aos outros processos.

CARLOS REYES: A parte mais importante, o trabalho dentro da comunidade de números ocorre fora da comunidade da ICANN. Nos registros regionais da internet. Se os 5 aprovam a mesma política, então isso inicia um processo de desenvolvimento da ICANN. E não há um desenvolvimento de políticas, que por si, aconteça dentro da ICANN. Mas a nível regional, dentro dessas próprias comunidades. E a SO com o seu Conselho faz ter certeza de que cada região tenha aprovado a mesma política e de que todos cumpram o processo. E estabelece alguns passos para notificar o *Board* e as funções da IANA. Ou seja é mais breve o processo, em quantidade de passos. É uma boa observação, que o senhor fez.

Muito bem, Julia.

JULIA CHARVOLEN: Há duas mãos levantadas no Zoom. Está Rudy e Alisa.

RUDY NODE: Fala Rudy da Alemanha, Rudy Node. Eu tinha uma pergunta quanto a terceira etapa do PDP da GNSO. Quando o Conselho decide iniciar um PDP e se forma o grupo de trabalho, quem decide? Quem escolhe os membros ou como se forma esse grupo? Há alguma regra para incluir as partes interessadas de diferentes contextos? De forma tal a garantir que sejam escutadas todas as vozes. E que não só estejam representados os Comitês Assessores, como ALAC e o GAC. Mas também que sejam escutados nos seus próprios grupos de trabalho?

CARLOS REYES: Obrigado, Rudy, pela pergunta. Em última instância, como o grupo de trabalho é formado pelo Conselho da GNSO, será o próprio Conselho quem determina como será estruturado este grupo de trabalho. E há diferentes modelos com diferentes composições para esses grupos de trabalho. Mas em termos básicos, todos tentam representar as diferentes perspectivas das partes interessadas dentro da GNSO.

No que tange as partes interessadas fora da GNSO, eu poderia dizer que alguns modelos de grupos de trabalho permitem que exista coordenadores de ligação ou outro tipo de mecanismos, já implementados. Mas a linha de começo ou de início para a realização do trabalho nesses grupos é que exista abertura. Então sempre existe a condição de observador, por exemplo. Nós, a partir da Organização da ICANN, oferecemos apoio sobre a base

do princípio de inclusão. Como se distribuem os membros vai depender do modelo adotado. Mas o princípio principal é incluir os pontos de vista, as máximas opiniões, como seja possível.

JULIA CHARVOLEN: Alisa tem a palavra.

ALISA HEAVER: Fala Alisa Heaver para os registros. Em primeiro lugar, eu quero agradecer a apresentação. Eu perguntava se podemos voltar ao último slide. E quando falamos do assessoramento por consenso do GAC, se alguma vez foi contestado pelo *Board*? E no caso, qual foi esse assessoramento?

CARLOS REYES: Vou passar a palavra ao Rob, porque vou precisar da sua ajuda. Rob, pode responder esta pergunta?

ROBERT HOGGARTH: Eu não me sinto satisfeito, porque o entorno é informal. Porque não escutei a pergunta.

CARLOS REYES: Poderia repetir a sua pergunta, Alisa?

ALISA HEAVER: Eu perguntava se alguma vez, a Diretoria contestou o assessoramento consensual do GAC? E no caso, qual foi esse assessoramento?

ROBERT HOGGARTH: Alguém já me fez essa pergunta há pouco tempo. Eu fiz uma pesquisa e não encontrei qualquer instância, na qual o GAC tenha dado um assessoramento ao *Board* e que tenha sido rejeitado. Pelo menos, nos 7, 8 anos últimos. Em termos gerais, o ponto de vista geral e não falo do ponto de vista do *Board*, mas a partir das minhas observações é que se trabalhar arduamente para encontrar um método para resolver as diferenças, para poder chegar a um equilíbrio entre o que quer o GAC e o que quer a Diretoria. E aí, então pode ser que se postergue, se adie esse assessoramento. Vocês lembram desse quadro, que compartilhou o Nicolás ontem, que apresentava, que quando entramos nesse circuito de conversas. Aí, permitem, esses circuitos permitem, que se realizem consultas. E aí, o GAC pode modificar o seu assessoramento para chegar a um acordo.

E eu acho que daqui em diante, as conversas sobre como funciona esse processo, se é eficaz ou não, vai se produzir dentro do BGIG.

CARLOS REYES: Obrigado, Rob. Eu acho que é isso por minha parte. Há alguma outra pergunta ainda?

ASHWIN SASTROSUBROTO: Sim, fala Ashwin da Indonésia, para os registros. Eu acho que talvez, depois podemos falar de antecedentes específicos sobre os problemas da GNSO. Talvez possa ser interessante ver, por exemplo, quando uma empresa propõe um gTLD de .HALAL, houve muitos debates sobre isso e levou 5 ou 6 anos, a Diretoria contestar essa solicitação. Então talvez, esse seja um antecedente que vale a pena considerar com diferentes Processos de Desenvolvimento de Políticas realizados para pontos específicos.

CARLOS REYES: Eu estou totalmente de acordo. Por isso temos algumas pessoas encarregadas de temas específicos, que serão dadas nas suas intervenções para se referir a este ponto. Muito obrigado.

KAREL DOUGLAS: Obrigado, Carlos. Vamos dar uma salva de palmas a Carlos Reyes. Muito obrigado pela explicação sobre os PDPs. E me lembra que temos que ter a certeza de que todas as partes tenham sua voz ou possibilidade de expressar nesses processos, nos documentos organizados e elaborados.

Eu acho que no mundo jurídico, tentamos evitar que não exista qualquer impugnação e que diga “Ah, eu não participei do processo”. Muito obrigado, Carlos. Então agora, vamos passar a um assunto importante. Queremos saber quais são os temas de maior interesse. E vamos ver os temas discutidos mais do que nada no GAC.

Temos aqui, os responsáveis desses temas. Temos Jorge com a gente, Jorge Cancio, que vai falar sobre o tema dos Procedimentos Posteriores a Introdução de Novos gTLDs. Está Laureen Kapin e Gabriel Andrews, que vão falar sobre o uso indevido do DNS e também sobre o WHOIS. Não quero demorar a reunião. Então vou pedir, que se apresentem tanto o Jorge, Gabriel, Laureen.

JORGE CANCIO:

Oi a todos! Espero que possam escutar bem e que possam ver bem. Estou simplesmente verificando que esse seja o caso. Muito bem. É realmente um prazer estar com vocês, apesar de estar só conectado online. Lamento não estar lá com vocês. Dessa vez foi impossível estar presente. Temos uns minutos para poder falar sobre Procedimentos Subsequentes, no próximo...

E eu sou Jorge Cancio. Sou representante da Suíça diante do GAC. Em dar um acompanhamento a esses assuntos, processos sobre Rodadas Posteriores de Novos gTLDs, desde que iniciou a

discussão. Faz 6 anos. Como já falamos antes, é muito difícil fazer o seguimento a um processo tão extenso, que ainda não finaliza, que se estende durante tantos anos. Principalmente, se considerarmos que é um processo que leva muito tempo. No momento mais crítico do Processo de Desenvolvimento de Políticas, quando o grupo de trabalho da GNSO estava muito mais ativo, esse processo levava muitas horas por semana, centenas de e-mails todas as semanas. Finalizando com milhares de horas, de tempos oferecido de forma voluntária. Isso dá para entender a intensidade, quanto tempo que foi consumido por esse tema.

Quero ver se posso ver no computador... bom, então se pensarmos no porquê que nos importa, como governos, esse tema. Por que é tão importante para nós, falar dos nomes genéricos de primeiro nível? Nesse caso, falamos dos genéricos. Bom, temos que nos remeter a uma das funções principais da ICANN, que tem a ver com definir as normas para os nomes de domínio genéricos de primeiro nível.

Como vocês sabem, no caso dos nomes de primeiro nível com código de país, existe uma interação entre as comunidades locais e os governos de um nível local e os registros que são aqueles que estabelecem as normas, conforme diferentes modelos. Isso varia muito entre um ccTLD e outro. Mas no caso dos nomes de domínio genéricos, como vimos ontem e como vimos também

hoje, quando falou a Karen e o Lars. Na realidade é a ICANN, que estabelece as normas principais, que depois dão como resultado, políticas consensuais, que são aquelas que depois entram em revisões contratuais entre registros e registradores. E o que faz com que essas regras sejam vinculantes para os atores nesses nomes de domínio genéricos de primeiro nível.

Isto é importante. E é claro, que não tenho que explicar a importância dos nomes de domínio de primeiro nível, que são identificadores muito importantes na internet. São únicos. Quer dizer, que pelo menos na raiz, temos no mundo da ICANN, temos um nome de domínio em cada caso com uma cadeia de caracteres ou com um termo ou com um acrônimo.

Esses termos e acrônimos levam um significado, quer dizer que têm um conteúdo. Significam alguma coisa para as pessoas. É lógico. E ao mesmo tempo, as infraestruturas lógicas que são operadas pelos registros do sistema de nomes de domínio e por isso, isto significa que podem ter consequências do ponto de vista da política pública.

Quais essas consequências num nível geral? Talvez em primeiro lugar, deveríamos dizer que são parte da economia da região ou da comunidade, na qual tem a sua base, o registro desse nome de domínio. Pode ter também repercussões para o desenvolvimento econômico, pelo menos, a economia na internet. Então é possível que os governos se interessem por esse

motivo, que se interessem em considerar a possibilidade de ter nomes de domínio de primeiro nível vinculados a nomes de produtos, serviços, empresas, regiões ou localidades dos seus países, dos seus territórios, que talvez vale a pena considerar.

Por exemplo, na Suíça, posso dar um exemplo. O país, do qual eu provenho, tem um nome de domínio do primeiro nível da rodada de 2012, que se chama .SWISS, quer dizer que fica bem claro, que isso tem um significado, envolve um significado. Porque tudo quanto está embaixo do .SWISS vai estar vinculado com o nosso país, relacionado com ele. Se falou sobre como foi feita a solicitação por esse nome de domínio na rodada de 2012 no governo suíço. E partir de então, o meu escritório que opera esse nome de domínio é o Escritório Suíço de Comunicações.

Esse é um exemplo. E existe uma conexão com o nome do nosso país e com todos os produtos e serviços vinculados com a Suíça. Essa foi a consideração que nós fizemos, quando fizemos a solicitação para esse nome de domínio de primeiro nível na rodada de 2012. Como eu já disse, os nomes de domínio de primeiro nível envolvem um significado. Isso é vinculado com a propriedade intelectual.

Eu sei que muitos dos nossos colegas no GAC, não provêm dos escritórios, que se ocupam da propriedade intelectual nos seus países. Mas em geral é bom ter um bom vínculo com aqueles que sim, estão nesses escritórios. Porque sempre está o tema ou a

questão de como são protegidos os direitos de propriedade intelectual no sistema de nomes de domínio. Esse é um assunto muito importante para os governos. Um tema que é tratado tanto dentro da ICANN, como em outros fóruns internacionais, como a Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

Para poder proteger os nomes, como nomes de domínio em primeiro nível, existem regras estabelecidas nas políticas da ICANN. E elas são discutidas não apenas nos Procedimentos Subsequentes e em recomendações para a Próxima Rodada dos Domínios de Primeiro Nível, mas também em outro Processo de Desenvolvimento de Políticas, chamado de Revisão dos Mecanismos de Proteção. Entre outras coisas, nos próximos anos, vai haver uma revisão do Procedimento Uniforme de Resolução de Disputas, que é o instrumento principal para proteger as marcas comerciais e outros direitos vinculados aos nomes de domínio genéricos.

Como eu dizia, esses nomes de domínio de primeiro nível são também a infraestrutura da internet. E essa infraestrutura nos leva a segurança, resiliência e flexibilidade e considerações nessas áreas. Porque os registros e os registradores, que em última análise, operam essa infraestrutura devem cumprir com certas responsabilidades para garantir as infraestruturas, para a segurança delas. Houve muitas contribuições durante a rodada de 2012, com relação a esses aspectos que levaram a algumas

disposições contratuais estabelecidas entre a ICANN e os registros e registradores. E ainda estamos discutindo como melhorar isso. E em geral, essas deliberações são dadas sob o guarda-chuva do uso indevido do DNS.

Acho que meus colegas, Laureen e Gabriel vão falar mais sobre esse tema. Mas em si, é um dos assuntos que o GAC considerou, quando falou dos novos nomes de domínio de primeiro nível.

Como foi dito, na primeira sessão que tivemos hoje, levar um significado pode ter conotações geográficas. Alguns termos têm um significado geográfico. Isso, em geral, tem conexão muito importante no nível local, regional, nacional e supranacional. O tema de como tratar os nomes de domínio geográficos com cadeias de caracteres, que têm um significado geográfico é um assunto que foi submetido a longa discussão no período, no qual se desempenhou o Grupo de Trabalho sobre Procedimentos Subsequentes. Existia uma área de trabalho em particular, dedicada exclusivamente a tratar esse tema, que trabalhou durante 2 anos, para estabelecer recomendações, que fossem incluídas nas recomendações de Procedimentos Posteriores sobre Termos Geográficos.

Então talvez isso seja algo que poderia ser de interesse e que vocês podem aprofundar sobre isso. E certamente, existem uma série de instrumentos disponíveis para essas recomendações, que decorrem da experiência que tivemos na rodada de 2012.

Esses instrumentos têm a ver com como é que os governos e o GAC, em seu conjunto podem intervir caso domínios de alto nível possam dar lugar a preocupações em matéria de política pública.

Esses instrumentos são chamados de Alerta Precoces ou Alertas Precoces, que podem ser emitidos numa instância inicial do processo da solicitação por parte de governos. Eles em particular ou associações governamentais. E também temos o consenso do GAC. Pode ser emitido pelo GAC, no que respeita aos domínios de alto nível, a título individual ou no que diz respeito a categoria de domínio de alto nível. Sempre que tenhamos um consenso. Vou parar por aqui, brevemente... para escutar as suas reações iniciais aos meus comentários.

KAREL DOUGLAS:

Há alguma pergunta? Eu não sei se há perguntas no chat ou aqui na sala? É um tema muito interessante. Eu sinto um pouco de temor, de que há alguns nomes que foram propostos e que os países, claro, apresentaram objeções. Vocês, claro, que se imaginam a instância, na qual alguém quer ser titular do nome. E isso pode dar algum conflito. Então senão temos perguntas para Jorge, então Jorge vai continuar.

JORGE CANCIO:

Muito obrigado, Karel. Sim, eu vou continuar. Passemos então ao próximo slide, por favor. A ver se eu consigo... não, desculpem.

Era o slide anterior. Agora, sim. Nesse slide, vemos um resumo da importância deste tema para o GAC. Ou também vemos em que se centra o GAC, quanto a este processo. Karen e Lars, na sua apresentação, indicaram que os debates, quanto a este tema de políticas sobre as regras para as Próximas Rodadas de Novos gTLDs ainda continuam em andamento. Então temos uma etapa, que finalizou – da GNSO – em 2021. E essas recomendações surgidas dessas etapas foram apresentadas a Diretoria, que por sua vez indicou a Organização da ICANN, que realizasse uma Etapa de Desenho Operacional, que terminará numa Avaliação de Desenho Operacional. Esses dois documentos serão o fundamento para a decisão da Diretoria, quanto a estas recomendações.

Nós, no GAC, fizemos um acompanhamento desse processo, que começou em 2016. Nós acompanhamos bem de perto. Temos um registro de todas as contribuições e comentários do GAC a GNSO sobre este tema. Também fizemos um resumo dos principais comentários feitos, os comentários consensuais. Isso já vimos em junho de 2021. E também continuamos monitorando a Etapa de Desenho Operacional. E agora, eu quero passar ao próximo slide. Mas um slide, por favor. Aí. Obrigado. Aqui, vemos quais são os próximos passos. Vemos que tem 4 áreas, nas quais ainda podemos intervir a parte do GAC.

Sempre temos a chance de oferecer assessoramento, quanto a qualquer uma dessas recomendações, inclusive no Relatório Final da GNSO. Essa possibilidade ainda permanece aberta. Por sua vez, os membros do GAC, temos que formular propostas que possam alcançar um consenso no GAC sobre qualquer uma das recomendações emitidas pelo Grupo de Trabalho Dedicado aos Procedimentos Posteriores ou Subsequentes.

Outro aspecto também nos envolve e nos dá oportunidade de participar neste processo de orientação da GNSO, para o Apoio ao Solicitantes, cujo objetivo é melhorar ou ampliar as recomendações que tratam sobre as novas rodadas de domínios de alto nível. E como podem ter mais presença ou bem-sucedidas nas regiões menos favorecidas, especialmente em economias em desenvolvimento. Nesse sentido, há pouco tempo, publicamos uma convocação a voluntários no GAC. E já temos um delegado ou delegada da Argentina, que se ofereceu para participar nesse processo e melhorar a educação e a conscientização sobre as próximas rodadas. E também trabalhar na possibilidade do financiamento aos solicitantes de regiões menos favorecidas, de forma tal que a próxima rodada tenha sucesso naquelas regiões, nas quais os domínios de alto nível têm uma presença limitada.

Passemos agora ao último slide. Aqui, vemos dois assuntos mais, que podem ser de interesse para vocês. Em primeiro lugar, temos o diálogo sobre os genéricos fechados entre o GAC e a GNSO e o

ALAC. E nesse sentido, vamos tentar encontrar uma solução comum para tratar esses genéricos fechados nas próximas rodadas. Vamos ter mais detalhes na segunda-feira, ou seja, amanhã. E a nível nacional, regional ou local; vocês podem considerar iniciar ou começar os diálogos com as suas comunidades, para ver se estão interessadas em se candidatar para um gTLD na próxima rodada de domínios genéricos de alto nível. Seja que existam TLDs, que sejam interesse nos seus países ou na sua região. No caso, podem começar a investigar ou considerar os prós e contras e custos e recursos necessários para iniciar a solicitação.

Vamos ter também uma sessão na segunda-feira, ou seja, amanhã. Às 15h, horário local, ou seja, 7h00 AM UTC. Nesta sessão, vamos falar sobre os temas de interesse para o GAC a nível de políticas. Eu não sei se há qualquer outra pergunta. Eu acho que estou ficando sem tempo.

KAREL DOUGLAS: Sim, temos aqui, duas perguntas. Uma pergunta da representante do Egito. Gulten vai ler.

GULTEN TEPE: Obrigada, Karel. Queremos saber se são aceitas uma cadeia, como um gTLD ou ccTLD.

INTÉRPRETES: Pedimos desculpas, mas chegou claro o áudio. Enquanto chegava à pergunta.

JORGE CANCIO: Obrigado pela pergunta. Sim, .SWISS foi aceito, como domínio de alto nível na rodada de 2012. E a resposta básica é que sim. Por exemplo, .EGITO ou .EGIPCIO não encaixa na categoria de domínio de alto nível geográfico, que estão excluídos no quadro das recomendações desenvolvidas pela GNSO. Então seria aceitável. Então devem ficar atentos a isso.

KAREL DOUGLAS: Obrigado.

JORGE CANCIO: Eu acho que há outra pergunta?

KAREL DOUGLAS: Sim, sim. Temos outra pergunta. Gulten, pode ler a pergunta?

GULTEN TEPE: Temos uma pergunta aqui, do Mohamed da delegação da Malásia perante o GAC e diz. O que acontece com respeito a uma solicitação feita em nome da comunidade, que tem amplo apoio

da comunidade respectiva, mas que por outra parte se enfrenta uma objeção do governo, porque o nome solicitado também pode ser considerado um nome geográfico? Obrigado.

JORGE CANCIO:

Obrigado. Obrigado, Malásia, pela pergunta. Bom, teríamos que recorrer aqui, as regras aplicáveis aos nomes geográficos e as solicitações comunitárias. Levando como válidos, que as solicitações comunitárias têm regras, que foram cumpridas. Então teríamos que ver se o nome em si, em si mesmo, é nome geográfico, que entra em algumas das categorias específicas, que se definem nas recomendações. E se é necessário também uma ausência da objeção dos governos pertinentes.

Esses casos são os nomes de cidades, cidades-capitais que serão utilizadas de forma geográfica. Há outras categorias, como regiões dentro de um país, que estão na lista da norma ISO. E isso também seria aplicável. Então em certo ponto, vai depender se o nome entra em algumas dessas duas categorias. E se precisa a ausência de objeções por parte governo respectivo. Caso isso não aconteça, a princípio então, esta ausência de objeções não seria necessária. Mas claro que o governo também poderia recorrer a um Alerta Precoce ou poderia tentar convencer o GAC, para que emita um assessoramento consensual.

KAREL DOUGLAS: Muito obrigado, Jorge. A menos que exista alguma outra pergunta, eu acho que podemos continuar avançando. Eu quero agradecer então ao Jorge Cancio, por sua apresentação. E damos uma salva de palmas para ele. Obrigado, Jorge. Esperamos que o ver em presença física da próxima vez. Vamos passar agora ao tema de uso indevido do DNS. Eu vou convidar aqui, a Lauren Kapin e ao Gabriel Andrews, para que falem sobre esse tema. Lauren?

GABRIEL ANDREWS: Olá! Podemos passar ao próximo slide. Eu quero que possam me ver. E depois vou aparecer novamente, para Perguntas e Respostas. Primeiro, vou me apresentar e vou falar sobre o Grupo de Trabalho de Segurança Pública. Eu falo como membro deste grupo, que assessora o GAC. Somos profissionais da área de cumprimento da lei em diferentes países. E nos ocupamos de questões, que tenham a ver com a segurança pública.

As opiniões que eu vou compartilhar são próprias. Mas não representam a posição de nenhum governo. A minha perspectiva é a de um profissional dedicado a segurança pública. Mas vocês vão escutar outros grupos ou partes interessadas com outras perspectivas sobre este tema do uso indevido do DNS. E eu espero que todas essas perspectivas vão se potencializando e permitam vocês entenderem melhor este tema dentro da ICANN.

Seguinte slide, por favor. Eu vou falar 10 minutos sobre o uso indevido do DNS. Depois vou escutar as suas perguntas. E finalmente, vou falar sobre o WHOIS ou RDS, Serviço de Diretório de Registração.

Eu não quero subestimar a sua inteligência, mas quero que todos fiquemos certos de que estamos falando o mesmo idioma. O registratário é quem compra o domínio, compra ao registrador. Há entre 2.000 e 3.000 registradores no mundo. E o registro é quem se encarrega da administração dos nomes de domínio: .COM; .NET etc.

Muito bem. Vamos começar agora no tema de uso indevido do DNS. O DNS é o sistema de nomes de domínio. E converte os nomes, que são legíveis pelos seres humanos, como ICANN.ORG a uma série de números, que são objeto direcionamento dentro dos endereços de protocolos da internet. Então esse uso indevido, temos que ver se se refere a todo o sistema ou a uma dessas partes do sistema dos nomes de domínio.

Infelizmente, a resposta vai depender a quem perguntamos. Como vemos no slide, há múltiplas perspectivas do significado do que é o uso indevido do DNS, que infelizmente não foi definido no contexto da ICANN. E isso vai depender de como queremos definir esse termo. Para algumas pessoas, isso significa atribuir responsabilidade ou desvincular-nos de responsabilidades que tem a ver com este tema.

Inclusive sem um consenso perfeito sobre uma definição, podemos tentar quantificar o tema, como para ver de como podemos informar esse tema ao maior grau de especificidade, mais fácil será fazer esses relatórios. A ICANN tem o seu Relatório de Atividades de Uso Indevido de Domínio ou DAAR, no qual se identificam e se fazem os acompanhamentos de diferentes tipos de listas de bloqueio de nomes de domínio, que utiliza a ICANN para identificar domínios relacionadas com *phishing*, com distribuição de *malware*, com *botnets* e com Spams. Eu quero também mencionar que esse relatório é muito importante para o nosso trabalho e nossos debates sobre o uso indevido do DNS.

Vale a pena, então lembrar que quando falamos do uso indevido do DNS, temos que ver que a quantidade de domínios que podemos ver, não necessariamente equivale a quantidade de maus atores, que fazem o uso indevido do DNS. Nem a quantidade de vítimas, nem de etapas. Apenas é uma peça importante do quebra-cabeça. Mas não é o quebra-cabeça numa visão geral.

Então vocês como representantes dos seus governos, fariam com especialistas em cibersegurança por fora da ICANN? Bom, fazendo isso, perceberiam que eles não o termo uso indevido do DNS em absoluto. E no cumprimento da lei, nós falamos de delito, de crime, de estafa, fraude, perda monetária, vítimas. E como podemos proteger as vítimas de um prejuízo para o futuro?

Vocês devem conhecer esse caso, anedota, na qual há um elefante e vários homens, que não podem ver. E que tocam o elefante para poder descrevê-lo. Mas cada um descreve o elefante, conforme a parte do elefante, que podem tocar.

Bom, aqui acontece o mesmo. Nós temos diferentes perspectivas do delito ou do uso indevido do DNS. Então os governos tentam identificar questões de políticas públicas importantes. E tentamos dialogar sobre isso na ICANN e é benéfico para todos. E todos na ICANN, têm que entender do que estão falando, qual a parte desse elefante. Seguinte com a metáfora sobre a qual a ICANN tem o alcance ou não.

Então o que sugiro é que vocês se familiarizem com os Estatutos da ICANN. Que comecem descrevendo a missão da ICANN e o motivo da existência da ICANN. A ICANN tem que garantir o funcionamento estável e seguro dos sistemas de identificadores únicos da internet. E vemos que isso incluiu a obrigação de manter a resiliência e segurança ou estabilidade do DNS. Mas nesses Estatutos também há certas limitações. Não se pode regular, por exemplo, conteúdo web. Porque isso deve estar dentro do alcance dessa missão. E sempre que se fala em uso indevido do DNS, são citados esses Estatutos. É importante saber se alguma coisa está dentro ou fora da visão da ICANN. Se não podemos demonstrar que um tema entra na missão da ICANN,

pode ser muito difícil chegar a um consenso sobre qualquer política, que tenhamos que desenvolver.

Tendo dito isso, não estamos falando em atividades e ilegais ou ruins, que não entram dentro do âmbito de incumbência da ICANN. A ICANN continua sendo um lugar importante para que os governos falem do uso indevido do DNS e tentem achar soluções. Vou pular o próximo slide. Talvez a gente se adiante um pouquinho. Como é uma introdução muito geral a esse assunto, queria dar... passar alguns recursos adicionais através desses links, se estão interessados em ler mais. Nesse slide, temos o relatório do uso indevido do DNS, ao qual eu fiz referência antes. Vão ter ali, todo o tipo de informação sobre o uso indevido, as declarações públicas do GAC anterior e relatórios da comunidade. E também vão ver NetBeacon, que é uma ferramenta que foi desenvolvida pelo Instituto do Uso Indevido do DNS. É um desenvolvimento novo, que permite denunciar o uso indevido, que automaticamente se dirige aos registros, registradores. E também temos o Centro de Reclamações e Crimes da Internet do FBI, que também recebe esses tipos de denúncias. E onde se faz seguimento das atividades criminosas através da internet.

Tendo dito isso, vou fazer agora uma pausa antes de passar para o tema de WHOIS. E convido que façam qualquer consulta, pergunta sobre o tema. Se fui rápido demais, se querem

compartilhar a sua experiência ou preocupações sobre delitos do uso indevido do DNS da perspectiva de políticas ou aplicação da lei... se tem alguma solicitação para estabelecer algum tipo de programa de criação de capacidades para o futuro.

KAREL DOUGLAS: Há uma pergunta.

GULTEN TEPE: Tem uma pergunta. É da delegação do Egito. Os ataques de DDOS em si, são considerados um mecanismo de uso indevido do DNS? Uma conduta de uso indevido?

GABRIEL ANDREWS: Os ataques de DDOS podem ser utilizados como parte de uma metodologia de ataque para o sistema do DNS. Mas para aqueles que não sabem do que falamos, falamos em ataques de negação de serviços distribuída. E imaginem que em um jogo em algum momento, há um servidor que tem que lançar a bola. Mas todos os servidores fazem ao mesmo tempo. Então o ataque que é feito, que é chamado de DDOS. Às vezes, afeta estrutura do DNS. Às vezes, o utiliza para o seu ataque. Então sim, pode ser um uso indevido do DNS, um mecanismo de uso indevido. A ICANN trabalhou nesse assunto e há alguns especialistas na matéria, que sabem mais do que eu. Não está fora do terreno, do que pode

ser discutido dentro do GAC e do Grupo de Trabalho de Segurança Pública. Então se quiserem falar mais sobre isto, podemos fazê-lo fora da reunião.

KAREL DOUGLAS: Obrigado, Gabriel. Não há mais perguntas. Então acho que podemos continuar.

GABRIEL ANDREWS: Maravilhoso. Vamos passar agora, para o próximo tema. Vamos falar do WHOIS. O que vão ver é um registro da primeira mensagem da internet. Não chamava internet naquela altura. Isto é de outubro de 69. E aqui, isso foi enviado pelo Laboratório em UCLA ao Instituto de Investigação de Stanford, no que era chamado... tinha outro nome nessa altura. Era chamado de ARPANET. E tinha esse registro **[inaudível – 01:10:12]** para saber quem tinha enviado o que e quando. Quando eu visitei esse laboratório, na Universidade da Califórnia, o professor encarregado me explicou que isso correspondia a uma pessoa em particular.

O nome da pessoa era John Costelo. E como vocês podem ver, tem duas semanas depois de que fosse enviada a primeira mensagem pela internet. E aqui, podem ver horário e data. Quando eu vi isso, comecei a rir. Porque o que está acima, não pode ser lido. Não está assinado.

Então inclusive, depois de ser enviada a primeira mensagem da internet, alguém já estava brava, porque não podia identificar a pessoa, que tinha entrado. Isso pelo teclado. Isto ainda é atual. John Costelo foi o primeiro administrador dos nomes e números na internet. Foi a pessoa que foi a fonte fidedigna informações, no que respeita a que número e nome era atribuído na internet.

Estava na ICANN antes de tudo, de que existisse tudo. E podemos ver as políticas, que hoje regem o sistema do WHOIS. WHOIS é como um guia telefônico da internet. É uma coleta de bases de dados com informação sobre nomes de domínio, que estão registrados agora. Com o nível mais básico de informação para responder à pergunta, quem está usando, que domínio e qual.

Colocamos um nome de domínio aqui. Podem ver que aqui, eu entrei CNN.COM e trouxe informação, quando se registrou o domínio. Podem ver isso à esquerda, qual registrador, com qual se fez esse registro. Falamos em registradores. Há milhares no mundo. Então essa pessoa, queria registrar esse nome com esse registrador. E o que é mais importante, quem é a pessoa por trás desse nome de domínio.

Há muita mais informação, que se pode consultar do que eu posso colocar num único slide. Nome, registratário, informações de contatos. Sem dúvida é a parte mais importante. Porque responde à pergunta, quem está utilizando esse domínio.

Os usuários finais podem fazer consulta de diferentes maneiras. Não apenas através do site da ICANN, que vemos aqui. Vemos outros sites, que fazem uma visão similar. Ou também se pode fazer com linhas de mando, como se vê na tela.

Há diferentes de formas de fazer consultas sobre os dados, com podem ver. Independentemente do método, que utilizem e é bom para que os usuários enviem essa consulta. Podem imaginar que essa ferramenta, foi muito útil para os profissionais dedicados a cibersegurança e organismos de aplicação da lei, da segurança pública. Qualquer um pode entrar no website. Não só para identificar os delinquentes, mas para notificação das vítimas.

O que quero dizer quando falo nisso? Imaginem que existe um organismo, que está investigando um... organismo de *ransomware*, que é quando os delinquentes encriptam todos os dados da vítima e pedem resgate para reestabelecer os dados.

Às vezes, os mecanismos da lei podem ver que se trata disso e temos pouco tempo para identificar e alertar a vítima. Tanto uma empresa, hospital ou que sua rede, está para ser atacada. Então a armadilha é que não sabemos quem é a vítima. Mas só o seu endereço IP. É uma pessoa desconhecida.

A base de dados do WHOIS nos permitiu traduzir esse endereço num nome de domínio e ter contato técnico, ao administrador

com um telefone para poder entrar em contato com vítima e avisar o que estava acontecendo. Esse é um exemplo. Mas é muito importante. Se pensarmos em todos os casos de *ransomware*, que existiram durante os últimos anos. Isso nos permite identificar os delinquentes e avisar as vítimas, que estão para serem atacadas.

O que mudou é que o acesso público a informação no WHOIS desapareceu nos últimos anos. E é assim, como podemos ver hoje. Podem ver que não há dados sobre o ponto contato técnico, que antes sim, tínhamos.

Esse é um slide, de uma apresentação feita no GAC em junho de 2020. E mostra os domínios associados com a pandemia da COVID-19. O FBI nessa altura, tinha recebido muitas queixas sobre os nomes de domínio utilizados para fraudes relativos a COVID-19. Colaborou com diferentes registradores para ver mais de 1.300 domínios, que foram derivados aos registradores. E vendo a informação dos registradores e associados com esses domínios, observamos que a maior parte dos casos não tínhamos as informações associadas com delinquentes.

Víamos dois tipos de mensagens, que estavam omitidas ou expurgadas. Em primeiro lugar, era mensagens similares, que indicavam que essas omissões de informação eram para dar cumprimento ao Regulamento Geral de Proteção de Dados da Europa.

E o segundo tipo de situações, 65% correspondiam a casos de serviço de proxy, representação. Os serviços de proxy são aqueles prestados por um registrador, onde em troca de um lucro, se registra um deles. Isso é pertinente. Porque alguns registradores têm diferentes políticas para responder os funcionários públicos, tanto se foi pago pela privacidade ou não.

Seguinte, por favor. O futuro do sistema do WHOIS hoje continua sendo incerto. A implementação até 2018 do GDPR acelerou o que já tinham começado os serviços comerciais de privacidade e representação ou proxy, que essa é a expurgação de alguns dados que estão disponíveis para o público no WHOIS. Então há esforços para cumprir, o sistema do WHOIS. E houve já um Processo Exeditivo de Desenvolvimento de Políticas na ICANN, que levou vários anos.

Desenhado para estabelecer um sistema de acesso e divulgação padronizado, o SSAD. Mas agora se chama Processo de Divulgação do WHOIS. Como resultado, ainda não sabemos qual é o resultado final. Esperamos ver qual o custo desse sistema e ver também se vai ser suficiente para a necessidade dos elementos da cibersegurança, de aplicação da lei entre outros.

Questões que têm a ver com quanto leva um registrador, responder uma solicitação urgente dos organismos de aplicação da lei. Todos esses são temas de muito interesse para nós, no âmbito da segurança pública. A partir desses debates sobre o

EPDP também apareceram, surgiram outras conversas sobre a exatidão dos nomes de registo, em que medida tem que existir uma verificação. Há um exercício de definição de alcance neste momento. E estas questões podem ter impacto na confiabilidade nos dados do WHOIS. E quão útil pode ser, fazer uma consulta, quando temos esses dados expurgados ou identificados.

Também temos que finalmente, saber que vem evoluindo a terminologia utilizada no WHOIS. Há um novo protocolo técnico chamado RDAP, que é o protocolo de acesso aos dados de registo, que substitui os protocolos técnicos antes do WHOIS. E também há contratos, propostas para os registadores que utilizam esses novos termos. Como por exemplo, o serviço de diretórios de registo, onde antes apenas falávamos no WHOIS. Eu considero que o WHOIS não vai desaparecer, mas esses são os termos que estão sendo utilizados agora.

Então já estou chegando ao final da apresentação. Há tantas mudanças. E se terminamos com o sistema do WHOIS, que parece como aqui, à esquerda ou tanto como esse da direita. Temos que esperar ainda para ver o que vai acontecer. É um debate que está acontecendo. Mas esse debate está se centrando em se queremos ver registrado, quem está utilizando o domínio e quando e quem pode ter acesso a esses registros. E agora, igual

antes, eu vou fazer um recesso, vou passar um espaço para perguntas e comentários. Quero agradecer por sua atenção.

KAREL DOUGLAS: Obrigado, Gabriel. Vamos passar as perguntas. Está aqui, o representante da Indonésia, que quer fazer uma pergunta.

ASHWIN SASTROSUBROTO: Obrigado. Eu quero me concentrar no aspecto jurídico do WHOIS, que também é importante para um governo, temos um litígio jurídico entre a ICANN e um tribunal alemão. Então talvez, temos que levar em consideração, como está evoluindo tudo isso, quanto a sistema jurídico de cada país e o WHOIS. Há diferentes sistemas jurídicos, quanto a proteção de dados. Obrigado.

GABRIEL ANDREWS: Obrigado por sua contribuição. Eu levo em consideração para o futuro, como um tema de interesse para o GAC. Talvez possamos fazer um acompanhamento dos resultados das questões jurídicas ou litígios, quanto ao WHOIS. A ICANN dedica-se especificamente ao acompanhamento das iniciativas legislativas e regulatórias, que podem afetar o Processo de Desenvolvimento de Políticas na ICANN. E talvez possa dar mais informação ao respeito.

KAREL DOUGLAS: Muito obrigado. Tem a palavra o novo representante.

BRASIL: Gabriel, muito obrigado pela apresentação tão abrangente. Estivemos acompanhando este tema há tanto tempo e especialmente, o senhor. Em que ponto foi decidido que a ICANN tinha que sim, cumprir o GDPR? E por que não se chegou rapidamente a uma solução na qual as autoridades de cumprimento da lei poderiam continuar tendo acesso a esses dados? Porque eu suponho que devem existir exceções para os organismos de cumprimento da lei. É difícil para eu entender o porquê não foi possível manter um acesso ao WHOIS, tal e qual estava. E terminamos num processo tão complexo e difícil. Para alguém que acompanha este processo com posterioridade. Tudo isso é muito difícil de entender. Muito obrigado.

GABRIEL ANDREWS: Eu vou ter que me desculpar, porque talvez eu não seja a pessoa mais adequada para responder o porquê. Eu sei que Laureen é a minha companheira, que é vice-presidente do Grupo de Trabalho de Segurança Pública, quer assumir a palavra e talvez queira responder a sua pergunta.

LAUREEN KAPIN:

Eu falo a nível de vice-presidente do Grupo de Trabalho sobre Segurança Pública. A sua pergunta é muito apropriada. Infelizmente não tenho uma resposta simples. O que eu posso dizer, como reflexão, é que o Modelo Multissetorial da ICANN é composto por vários grupos de partes interessadas dentro dos quais, está o Comitê Assessor Governamental. E é um comitê importante. Por sua vez, os organismos de cumprimento da lei também têm uma participação muito importante, já que protegemos o público contra os atos ilícitos.

Com isso, não há uma resposta simples a sua pergunta. O que eu posso dizer é que no Processo de Desenvolvimento de Políticas do qual se falou na apresentação anterior, estas questões e esses pesos e contrapesos entre os diferentes interesses para proteger a privacidade, proteger o público, ver quem tem acesso e que circunstância. Bom, todo esse equilíbrio pode se tornar muito complexo. E pode derivar em debates bastante acalorados.

Então não há uma resposta simples a sua pergunta. É que eu acho que significa como garantir, que os organismos de cumprimento da lei tenham as ferramentas necessárias para cumprir o seu trabalho e também respeitar a privacidade. O que eu posso dizer é que o GAC e o Grupo de Trabalho de Segurança Pública estão acompanhando este tema bem de perto. E está manifestando-se a favor de que toda a solução, ao qual se chegue, alcance o que

para nós é um equilíbrio adequado entre proteger o público e também proteger ou respeitar a privacidade.

Eu não sei se esta resposta é de aceitação. Porque todos queremos respostas simples. Mas a realidade marca, que num Processo de Desenvolvimento de Políticas, esse equilíbrio é difícil de atingir.

KAREL DOUGLAS:

Obrigado, Laureen. E sim, a senhora chegou, deu na mosca. É uma questão de equilíbrio. Eu quero ver se há alguma outra pergunta. Eu vejo que não. Sendo que não há outras perguntas. Eu quero aproveitar essa oportunidade para agradecer Laureen, Gabriel e Jorge por estas apresentações, que são tão importantes para o GAC.

O que tem a ver com o uso indevido do DNS, do WHOIS e também as próximas rodadas de solicitações para novos gTLDs. Todos esses temas são críticos para nós, que na próxima semana, no andamento da semana, vamos analisar esses temas com maiores detalhes.

Eu quero agradecer todos os participantes. E vamos fazer agora um recesso para o almoço. E recomeçamos as nossas sessões às 13h15. Quero que Rob confirme. Sim? Muito bem. Às 13h15 PM, esperamos novamente aqui, para continuar com estas sessões. Muito obrigado. Que aproveitem o almoço.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]